



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número 1 (.ª)

PERGUNTA Número 9/41 XI (2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

2011.01.26

O Secretário da Mesa

Assunto: Política de Apoio ao Cinema

Destinatário: Min Cultura

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

O Shortcutz, como movimento internacional de divulgação de talentos na área da cultura urbana e como parte integrante do Labz (um novo projecto da Subfilmes Creative e Network), tem já presença em Portugal e tem vindo a apresentar, num espaço central da cidade de Lisboa, um ciclo continuado de curtas-metragens, promovendo, assim, jovens realizadores, criadores, produtores, argumentistas e actores nacionais.

Ao longo deste ciclo há, convém dizê-lo, infelizmente, um traço comum que percorre as intervenções de todos estes jovens artistas e que, no essencial, se pode sintetizar numa crítica generalizada à política de apoios públicos na área do cinema: "Política elitista, desfasada da realidade, decisões em circuito fechado, dinheiro público despendido sem qualquer retorno na promoção dos nossos jovens criadores, inexistência de atitudes valorizadoras da formação de públicos nestas artes do espectáculo, em suma, dito por outras palavras, um sentimento de dinheiro público deitado para a rua".

Ora, justamente, durante a última sessão deste ciclo e perante a maior plateia de todas as sessões, esteve presente um jovem realizador algarvio - André Badalo - que recentemente viu uma curta-metragem sua - Shoot Me - ser galardoada, no Festival Internacional de Cinema de Milão, com a atribuição do prémio do público deste certame.

A julgar pela afluência do público presente, a que não é estranho, claro está, o facto desta curta-metragem já ter sido vista, em Portugal, por mais de 150 mil espectadores, fica provado que há trabalho feito no cinema português que permite formar públicos e projectar jovens criadores. Na verdade, diga-se, em bom rigor, tudo aquilo que constitui o objectivo da atribuição de dinheiros públicos no apoio à criação artística em Portugal.

Em face disto (e porque sabemos que há uma política pública significativa de apoio ao cinema) venho perguntar à Sr^a Ministra da Cultura o seguinte:

1 – Recebeu o realizador André Badalo algum apoio público financeiro do Estado através do Ministério da Cultura para a realização desta curta-metragem? Ou outro projecto posterior? Se não, qual foi a razão, dado o inegável sucesso artístico e público deste seu trabalho.

2 – Entende a Sr^a Ministra da Cultura, como decisora política, que deva ser atribuído um apoio público financeiro a trabalhos que não são vistos por ninguém, em detrimento de outros que são vistos, premiados e apreciados, por dezenas de milhares de espectadores?

3 – É possível premiar, através de apoio público do Estado, um criador que alcança este tipo de resultados? Se não, porquê?

4 – Nos critérios de apoio público à criação artística, na área do cinema, os resultados alcançados, quer seja pelo número de espectadores que visualizam os filmes, quer seja pela valorização do CV do realizador em resultado de um prémio internacional, são tidos em conta de forma a privilegiar o trabalho global e publicamente reconhecido?

5 – Tem o Ministério da Cultura dados que possa disponibilizar sobre o número de espectadores alcançados pelas curtas-metragens apoiadas pelo MC nos últimos 4 anos?

6 – Tem o Ministério da Cultura dados que possa disponibilizar sobre o número de curtas-metragens, apoiadas por dinheiros públicos, que nem sequer foram distribuídas nas salas de cinema?

7 – Nos concursos do ICA para lançamento de novos criadores/realizadores faz sentido que um dos elementos mais valorizadores das candidaturas seja o CV se, justamente, o objectivo é lançar novos criadores e as suas primeiras obras?

8 – Tem o Ministério da Cultura intenção de priorizar, na definição de apoios, os novos criadores socorrendo-se de outros critérios que não sejam o CV de realizadores ou produtores?

9 – Num país em que o acesso à cultura e a bens culturais é escasso, mas essencial para a formação e elevação do nível cultural da população, faz sentido que nos apoios públicos do ICA se distingam obras com “potencial artístico”, leia-se destinados a pequenos nichos elitistas que não vão para além de uma meia dúzia de pessoas, em detrimento de um “potencial comercial”, entendendo este, evidentemente, como uma comunicação e identificação mais próxima e generalizada com um público maioritário?

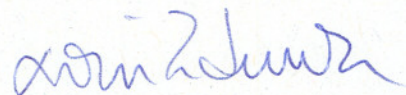
10 – No box-office nacional sabe-se que as comédias estrangeiras são as que têm mais adesão do público, porque razão então é este género cinematográfico o mais desprezado pelos apoios públicos do ICA?

11 – Sabendo que na Europa há uma grande expressão da cota nacional de cinema procurando, justamente, criar e fidelizar públicos nacionais, favorecendo, por isso, o potencial de comunicação entre o público e os criadores com as distribuidoras a colocar nas salas de cinema essas obras, faz sentido que em Portugal se valorize, com apoios e dinheiros públicos, justamente o contrário?

12 – Por fim, como pensa o MC – com a definição destes mecanismos de apoio público – favorecer a internacionalização da língua portuguesa, bem como a internacionalização icónica dos valores nacionais, sejam eles realizadores, actores, património natural, arquitectónico e histórico?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 26 de Janeiro de 2011

Deputado(a)s



João Paulo Pedrosa(PS)

Jorge Manuel Rosendo Gonçalves

(JORGE MANUEL ROSENDO GONCALVES)

Miguel José Rosendo de Freitas
(MIGUEL FREITAS)

José Miguel Afonso
(J. MIGUEL AFRONSO)

Luís António
Algueiros

Antónia Almeida dos

Almeida

Jurista
(JURISTA ALMEIDA)

Nuno Sá

Oswaldo Castro

(OSVALDO CASTRO)